



A. Estado, Poderes e Sociedade

B. Estruturas Produtivas, Trabalho e Profissões

C. Educação e Desenvolvimento

D. Território, Ambiente e Dinâmicas Regionais e Locais

E. Cultura, Comunicação e Transformação dos Saberes

F. Família, Género e Afectos

G. Teorias, Modelos e Metodologias

Sessões Plenárias

LITERACIA: NOVO CONCEITO, NOVOS PROBLEMAS SOCIAIS

Primeiros resultados do Estudo Nacional de Literacia

Ana Benavente, Alexandre Rosa, António Firmino da Costa, Patrícia Ávila

O estudo da literacia:

Problemática, conceito, estratégia metodológica

A complexificação das sociedades modernas e o progresso tecnológico vieram, apesar de a generalização do acesso dos jovens a uma educação cada vez mais prolongada, colocar novos problemas e novos desafios.

A crença, segundo a qual uma escolarização cada vez mais massificada conduziria à erradicação progressiva do analfabetismo, esteve na origem, um pouco por todo o mundo, de um conjunto de políticas tendentes a garantir a escolaridade básica obrigatória a um cada vez maior número de pessoas.

Assim, com os significativos aumentos de escolarização verificados nas chamadas sociedades modernas ou industrializadas, difundiu-se a ideia de que os problemas do analfabetismo tinham passado a ser problemas do chamado terceiro mundo ou que, no interior dos países desenvolvidos, não afectariam senão pequenas bolsas de população, com especial incidência nos grupos etários mais envelhecidos ou no seio das minorias étnicas.

Por isso, não foi sem surpresa que países como a França, os Estados Unidos e o Canadá verificaram a existência de percentagens significativas da sua população com dificuldades na utilização de material escrito, apesar de escolaridades obrigatórias relativamente longas.

Começou-se assim a falar de um novo tipo de analfabetismo afectando a população que, apesar do aumento das taxas e dos anos de escolarização, evidencia incapacidades de domínio da leitura, da escrita e do cálculo, vindo, por isso, diminuída a sua capacidade de participação na vida social. Este “novo analfabetismo”, dito funcional, teria a ver com aprendizagens insuficientes, mal sedimentadas e pouco utilizadas na vida.

Se o conceito de alfabetização traduz o acto de ensinar e de aprender (a leitura, a escrita e o cálculo), um novo conceito, o de *literacia*, refere-se à capacidade de usar as competências (ensinadas e aprendidas) de leitura, de escrita e de cálculo. O conhecimento das *competências reais de leitura, escrita e cálculo da população adulta* passou a constituir-se em preocupação social explícita e em objecto de análise científica.

Tal *capacidade de uso* escapa a categorizações dicotómicas, como sejam “analfabeto” e “alfabetizado”. Pretende-se, com aquele novo conceito, dar conta da posição de cada pessoa num contínuo de competências, as quais têm a ver com as exigências sociais, profissionais e pessoais com que cada um se confronta na sua vida corrente. O conceito de *literacia* centra-se no *uso* de competências e não na sua obtenção, pelo que se torna mais clara a distinção entre *níveis de literacia* e *níveis de instrução formal* que as pessoas obtêm, e que podem traduzir-se ou não em competências reais.

Define-se então *literacia* como as *capacidades de processamento de informação escrita na vida*

quotidiana.^[1] Trata-se das capacidades de leitura, escrita e cálculo, com base em diversos materiais escritos (textos, documentos, gráficos), de *uso* corrente na vida quotidiana (social, profissional e pessoal).

Neste sentido, falar de literacia implica que se tenha presente que: a) o perfil de literacia de uma população não é algo que possa ser considerado constante, ou seja, que possa ser extrapolado a partir de uma medida temporalmente localizada; b) o perfil de literacia de uma população não é algo que possa ser deduzido a partir, simplesmente, dos níveis de escolaridade formal atingidos; c) a literacia

não pode ser encarada como algo que se obtém num determinado momento e que é válido para todo o sempre; e d) os níveis de literacia têm de ser vistos no quadro dos níveis de exigência das sociedades num determinado momento e, nessa medida, avaliadas as capacidades de uso para o desempenho de funções sociais diversificadas.

O reconhecimento de que não existe uma correspondência linear entre os graus de escolarização formal de uma população e o seu perfil de literacia (traduzido em níveis diversos) não significa que o aumento de escolarização não tenda, também, a aumentar as competências de uso dos saberes. Verifica-se, efectivamente, quanto mais elevados forem os níveis de instrução de uma população, mais hipóteses haverá que o seu perfil de literacia melhore.

No entanto, é preciso ter em conta os seguintes aspectos. Em primeiro lugar, é difícil estabelecer qual o nível de escolaridade que comporta as competências mínimas que permitem, em diferentes contextos, garantir a funcionalidade da vida adulta. Em segundo lugar, considerar o nível de escolaridade como indicador do nível de literacia pressupõe, por um lado, a aceitação da ideia de que só a escola fornece competências de leitura, escrita e cálculo, desprezando-se, por isso, as aprendizagens efectuadas noutros espaços. Por outro lado, pressupõe que tais competências garantem os desempenhos de leitura, escrita e cálculo que, na vida adulta, permitem a satisfação das necessidades dos indivíduos. Pressupõe ainda que tais competências, uma vez adquiridas, não regridem nem progridem. Pressupõe, finalmente, que as exigências sociais de literacia se mantêm constantes, o que não acontece nas sociedades actuais.

O reconhecimento da não existência de correspondência linear entre os graus de escolarização de uma população e o seu perfil de literacia teve consequências metodológicas, sublinhando os limites das metodologias de avaliação indirecta e levando à elaboração da metodologia de avaliação *directa*. Com efeito, a avaliação indirecta foi, até aos anos 70, a única metodologia adoptada, recorrendo à utilização de variáveis (a auto-avaliação e os níveis formais de escolaridade) normalmente utilizadas nos censos da população. Se bem que os estudos internacionais, já realizados com recurso a metodologias de avaliação directa, tenham encontrado alguma relação entre estas duas variáveis e os níveis de literacia, também evidenciaram que essa relação não é nem directa nem linear. As metodologias de avaliação indirecta têm, em geral, dificuldade em ultrapassar a dicotomia “alfabeto/analfabeto”, não questionando a forma como os diferentes níveis de literacia se distribuem pela população, para além de não avaliarem as competências em uso.

Quanto à metodologia de *avaliação directa*, embora desenvolvida com base em modelos diversos, assenta, basicamente, num procedimento que implica a demonstração das capacidades através da resolução de tarefas específicas.

O método que foi testado em estudos, quer nos Estados Unidos da América, quer no Canadá, e que foi, igualmente, utilizado no “IALS — International Adult Literacy Survey”^[2] é designado por Irwin Kirsch, seu principal autor, como método de determinação de *perfis de literacia (the profile approach)*.

^[3] Pretende-se avaliar um conjunto de capacidades de processamento de informação que os adultos usam na resolução de tarefas associadas com o trabalho, a vida pessoal e os contextos sociais. A literacia adulta é encarada numa perspectiva multidimensional, abarcando três dimensões fundamentais — a *literacia em prosa*, a *literacia documental* e a *literacia quantitativa*.

Em Portugal não existia qualquer estudo sobre as competências da população adulta quanto à leitura, escrita e cálculo, limitando-se o nosso conhecimento a sinais da existência de baixos níveis

de competência de literacia, a par com os fracos níveis de instrução escolar.^[4] Efectivamente, os dados do Censo de 1991 indicam, para a população entre os 15 e os 64 anos, a situação seguinte: 17,8% sem qualquer grau de ensino; 38,3% com o 1º ciclo do ensino básico; 17,6% com o 2º ciclo; 12,0% com o 3º; e apenas 8,9% com o ensino secundário e 5,4% com o ensino superior.

A existência de cerca de 74% da população com o máximo de 6 anos de escolaridade, para além de confirmar os dados internacionais que apresentam para Portugal, no conjunto dos países industrializados, dos mais baixos níveis de escolarização, reforça a convicção que aponta para a existência de um número significativo de adultos que vêm dificultada a sua inserção numa

sociedade cada vez mais exigente, complexa e competitiva.^[5]

Face a estes indicadores, impunha-se que, a exemplo do que tem sido feito noutros países da OCDE, se analisasse a realidade através de um estudo de avaliação directa das competências de leitura, escrita e cálculo da população portuguesa.

Assim, surgiu o *Estudo Nacional de Literacia*, cujo objectivo central consistiu na *avaliação da literacia da população adulta, tendo em vista a identificação da estrutura de distribuição das respectivas competências e, ainda, a identificação e análise dos factores e dos processos sociais que lhes estão associados*.

O estudo desenvolveu-se através de uma *metodologia múltipla* que consistiu, simultaneamente, na aplicação de um *inquérito por entrevista directa*, a uma amostra representativa da população dos 15 aos 64 anos residente em Portugal, e na realização de um conjunto de *monografias* sobre a literacia

em determinados grupos e contextos socioculturais particulares.^[6]
 Procurou-se fazê-lo, salvaguardando as especificidades de cada um dos diferentes tipos de abordagens, mas ao mesmo tempo, utilizando um quadro conceptual de base unificado, possibilitando a articulação teórica e interpretativa das análises. Esta unificação conceptual não é, aliás, algo de ordem meramente processual mas corresponde ao próprio conteúdo substantivo do objecto de estudo: a literacia nas sociedades contemporâneas.

Efectivamente, a informação escrita e os modos de relacionamento social com ela constituem um caso notável de elemento sociocultural que, se por um lado, não deixa de ocorrer sempre de forma situada e contextual, também, por outro lado, não decorre de culturas localmente circunscritas, nem as suas implicações são aferíveis apenas por referência a quadros sociais estritamente autocontidos. A literacia *faz parte*, de forma longamente sedimentada e profundamente estruturadora, de um universo sociocultural em que, cada vez mais, todos estamos actualmente inseridos, mesmo os que têm capacidades muito reduzidas de ler, escrever e contar. No entanto, por maior que seja a sua importância, é, nesse universo sociocultural, apenas *uma parte entre outras*, com as quais foi estabelecendo relações, umas vezes de dominação (como com muitas culturas orais de carácter popular), outras eventualmente de subordinação (como, na opinião de alguns, com certas

formas mediáticas de cultura da imagem) e, na maioria dos casos, de cruzamento e interpenetração.^[7]
 Impunha-se, pois, conduzir o estudo de forma teoricamente unificada por um conceito de literacia enfatizando o processamento de informação escrita na vida quotidiana contemporânea, com as suas infinitas variantes mas, também, com a crescente *transversalidade* social de suportes e situações, de práticas de literacia e de competências necessárias para as desenvolver.

Esta perspectiva teórica traduziu-se, no plano metodológico, pela procura da complementaridade produtiva entre uma estratégia de pesquisa que visa traçar panoramas globais das distribuições de literacia, relacionáveis com outros parâmetros de caracterização extensiva das estruturas sociais e comparáveis à escala dos grandes conjuntos, e uma outra estratégia de investigação que procura sobretudo compreender a literacia (isto é, as práticas e representações, competências e disposições que com ela têm mais directamente a ver) no quadro integrado da vida social de um grupo, um meio local ou uma comunidade particulares e na sua articulação com as configurações e dinâmicas culturais aí prevaletentes.

De seguida não se poderá fazer mais do que apresentar um pequeno conjunto de elementos, muito sucintos, respeitantes a procedimentos e resultados da vertente extensiva do Estudo Nacional de Literacia.^[8]

O inquérito foi concebido tendo em vista: a) a recolha de elementos de caracterização sociográfica dos entrevistados, o conhecimento das suas práticas de leitura, escrita e cálculo e a recolha de elementos de auto-avaliação/atitudes relativas a competências de uso de materiais escritos (*questionário*); b) a avaliação directa das competências de literacia (*teste*).

O teste consistiu na realização de um conjunto de tarefas, para cuja correcta resolução se pressupõe a mobilização de competências progressivamente crescentes. Teve como suporte textos escritos, contendo a informação necessária à execução das diferentes tarefas. Tais textos, de natureza não escolar, tratavam assuntos relacionados com actividades quotidianas, apresentando situações com que os adultos se confrontam na sua vida. Os textos foram retirados de publicações e outros suportes impressos correntes (jornais, anúncios, folhetos, preçários, etc.). Não se pretendendo, porém, testar rotinas funcionalizadas mas a capacidade de utilizar informação escrita necessária nas diferentes dimensões da vida adulta, os conteúdos de tais textos centraram-se em situações da vida *pessoal, profissional e social* bastante difundidas e de carácter o mais possível transversal à generalidade das condições de existência nas sociedades contemporâneas. A organização do teste teve em vista a abordagem das dimensões de literacia anteriormente referidas, como sejam a *literacia em prosa, documental e quantitativa*, o que se traduziu na utilização de tarefas dos seguintes tipos: leitura e interpretação em prosa (artigos de jornais, revistas e livros); identificação e uso de informação localizada em documentos (impressos, quadros, gráficos); realização de operações numéricas a partir de informação contida em material impresso (preçários, anúncios, depósitos bancários).

A amostra, de 2.449 indivíduos, foi construída a partir da amostra do Inquérito ao Emprego que o Instituto Nacional de Estatística realiza regularmente. O erro é de +/- 2%, para um intervalo de confiança de 95%. O trabalho de campo foi realizado pelas equipas de entrevistadores do Instituto Nacional de Estatística, após formação específica.

Níveis de literacia da população portuguesa

Os resultados centrais do Estudo Nacional de Literacia posicionam a população estudada em cinco

níveis de literacia, ou seja, e de acordo com o conceito utilizado, em cinco níveis de competência de processamento de informação escrita, obtidos por avaliação directa.

Quadro 1. : Descrição sumária dos níveis de literacia

<p>NÍVEL 0: Este nível corresponde à ausência de capacidade para resolver as tarefas propostas. Integram-se neste nível todas as pessoas que não executaram correctamente qualquer das tarefas.</p>	<p>NÍVEL 3: As tarefas deste nível requerem um processamento de informação com um grau mais elevado de complexidade. Implicam a capacidade de seleccionar e organizar informação, relacionar ideias contidas num texto, fundamentar uma conclusão ou decidir que operações numéricas realizar.</p>
<p>NÍVEL 1: As tarefas deste nível são as menos exigentes. Implicam, em geral, apenas a identificação de uma ou mais palavras de um texto, a sua transcrição literal ou a realização de um cálculo aritmético elementar a partir da indicação directa da operação e dos valores. São executadas a partir de textos ou documentos pequenos e simples..</p>	<p>As tarefas relativas a prosa e documentos requerem, em geral, a utilização de textos mais longos, contendo informação mais complexa. Estes suportes podem incluir elementos organizadores tais como títulos ou subtítulos. Podem, ainda, tratar de assuntos menos familiares.</p>
<p>As tarefas relativas a prosa baseiam-se em textos curtos, com poucas palavras portadoras de informação específica e poucos elementos de distração que possam provocar hesitações no processamento. Estes, quando existem, não se encontram perto da passagem do texto ou documento que contém a resposta correcta.</p>	<p>As tarefas quantitativas requerem, por seu lado, a realização de duas operações sequenciais (em geral, multiplicação/divisão e outra). Normalmente, os valores a utilizar são dados ou facilmente localizáveis mas é preciso decidir quais são as operações a realizar.</p>
<p>As tarefas com documentos podem, por seu lado, implicar o preenchimento de um impresso simples a partir de informação que se encontra directamente na instrução dada.</p>	<p>Tarefas: B2.4; B3; B7.1; B7.2; B5.3; B9.1; B9.2</p>
<p>As tarefas de natureza quantitativa requerem, em geral, uma simples operação aritmética que, normalmente, é a adição. Os valores são especificados e ocorrem num contexto familiar. A operação a realizar está definida ou é facilmente identificada.</p>	<p>NÍVEL 4: As tarefas deste nível são as mais exigentes de toda a prova. Implicam a capacidade de processamento e integração de informação múltipla em textos complexos, a realização de inferências de grau elevado, a resolução de problemas e a eventual mobilização de conhecimentos próprios.</p>
<p>Tarefas : A1.1; A1.2; A2.2; A3.1; A3.2; A4.1; A4.2; A5.1; B5.1</p>	<p>As tarefas de prosa pressupõem a utilização de textos relativamente longos e densos, cuja leitura integral pode ser necessária para a construção da resposta. Esta pode assumir a forma de síntese da ideia principal do texto ou de fundamentação de um enunciado.</p>
<p>NÍVEL 2: As tarefas deste nível requerem, em geral, um processamento de informação um pouco mais elaborado. Implicam a associação entre palavras ou expressões que se encontram nos suportes impressos ou, então, o encadeamento de duas operações aritméticas simples. As inferências necessárias são de grau pouco elevado.</p>	<p>As tarefas com documentos requerem que se tenha em conta informação condicional que aparece localizada fora ou longe da parte principal do suporte.</p>
<p>As tarefas relativas a prosa implicam o processamento de elementos contidos em diferentes frases ou parágrafos do texto e a sua associação, podendo, por vezes, exigir inferências simples. A resposta consiste na transcrição literal da informação processada.</p>	<p>As tarefas de natureza quantitativa consistem na resolução de um problema que requer a análise da situação de partida, a selecção dos dados relevantes e a escolha da sequência apropriada das operações a efectuar.</p>
<p>As tarefas com documentos requerem, igualmente, a associação de informação. A associação pode requerer uma pequena inferência baseada no texto ou a consideração de informação condicional, na mesma</p>	<p>Tarefas : B1.1; B1.2; B4.2; B7.3; B8.1; B8.2; B8.3; B10.</p>

frase ou parágrafo.

As tarefas quantitativas requerem, por seu lado, a realização de uma sequência de duas operações (em geral, adição e/ou subtração), sendo os valores dados ou facilmente localizáveis e as operações facilmente determinadas.

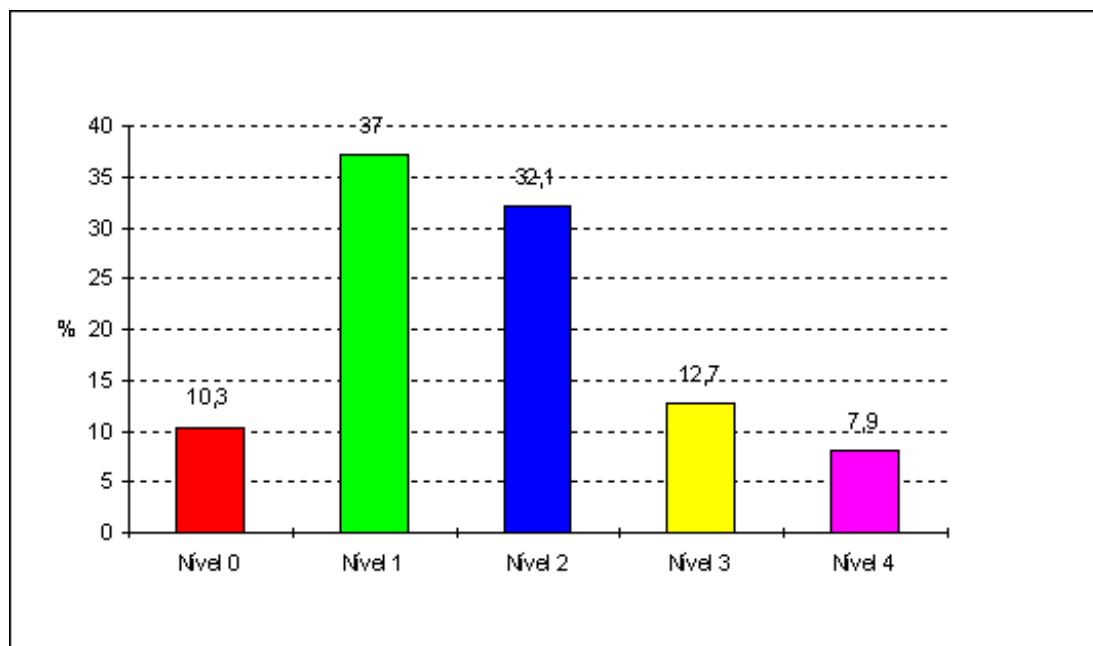


Tarefas: A5.2; B1.3; B2.1; B2.2; B2.3; B4.1; B5.2; B6.1; B6.2.

Os níveis de literacia dos indivíduos apresentam-se, de acordo com o modelo de análise utilizado, como função do grau de dificuldade das tarefas e do nível de aptidão demonstrado na sua resolução. Neste sentido, pode dizer-se que, em termos operatórios, o nível de literacia de um indivíduo é a resultante do cruzamento do seu nível de aptidão com o grau de dificuldade das tarefas que conseguiu resolver correctamente.

A determinação do grau de dificuldade das tarefas foi conseguida a partir da conjugação de duas ordens de factores. Por um lado, recorreu a um modelo teórico que conceptualiza a dificuldade das tarefas em função da *complexidade dos suportes* (em termos de estrutura, extensão e forma gráfica) e do grau de *complexidade das operações de processamento de informação* necessárias à resolução das tarefas (do reconhecimento literal, localização directa e cálculo numérico simples a inferências complexas, geração de sínteses e resolução de problemas implicando operações encadeadas). Por outro lado, apoiou-se na dificuldade revelada empiricamente e que, decorrendo dos resultados obtidos, é definida em função da percentagem de respostas certas a cada uma das tarefas. Chegou-se assim a uma escala compreendendo cinco níveis (Nível 0 a Nível 4) que se mostrou adequada não só à identificação dos grandes grupos de tarefas que, empiricamente, demonstraram uma certa homogeneidade quanto ao seu grau de dificuldade, como também à identificação de um leque de competências que, de forma satisfatória, permitem dar conta das capacidades de processamento de informação escrita nos três domínios de literacia considerados: a prosa, os documentos e o cálculo (**Quadro1**).

Gráfico 1: Níveis de literacia da população portuguesa dos 15 aos 64 anos



A aptidão dos indivíduos foi, de acordo com a metodologia adoptada, determinada em função do número de tarefas correctamente resolvidas. O ajustamento recíproco das duas escalas — a escala de dificuldade das tarefas e a escala de aptidão dos indivíduos — conduziu à identificação dos níveis de literacia dos entrevistados, o que, no fundo, permite dizer que um indivíduo com determinado nível de literacia possui competências que lhe possibilitam resolver, correctamente, tarefas de determinado nível de dificuldade.

Os resultados obtidos constituem o perfil de literacia dos entrevistados (Gráfico 1) e permitem, dito de outro modo, identificar as capacidades de processamento de informação escrita da população em estudo. Os resultados da pesquisa evidenciam dois aspectos principais: a) que o perfil geral de literacia do país é bastante fraco; b) que as competências de literacia se distribuem desigualmente pela população portuguesa adulta.

A literacia não é algo que uns têm e outros não, de forma redutoramente dicotómica. Muitas pessoas demonstram algumas capacidades de leitura, escrita e cálculo, mas em graus diferentes. Algumas não conseguiram resolver nenhuma tarefa da prova de avaliação directa (Nível 0: 10,3%). Outras, em grande número, situaram-se em níveis de literacia que correspondem a competências muito limitadas (Nível 1: 37,0%) ou bastante simples (Nível 2: 32,1%). Num grau intermédio de proficiência, resolvendo tarefas de complexidade um pouco maior, já só se encontrou um número restrito de entrevistados (Nível 3: 12,7%). Por fim, um domínio razoavelmente seguro de competências de leitura, escrita e cálculo que em geral se supõe deverem estar adquiridas com a escolaridade obrigatória só foi demonstrado por uma fracção muito reduzida da população analisada (Nível 4: 7,9%).

Quanto maior é a escolaridade, mais elevado tende a ser o nível de literacia. Porém, nem todas as pessoas com o mesmo grau de ensino apresentam um nível de literacia idêntico. Num dos extremos, os indivíduos sem qualquer grau de ensino dividem-se basicamente entre os que se situam no Nível 0 de literacia e os que se localizam no Nível 1. Há também um pequeno subconjunto que demonstra possuir competências de Nível 2. No outro extremo, cerca de metade dos possuidores de um diploma do ensino superior situa-se no Nível 4; mas já a outra metade se distribui pelo Nível 3 e pelo Nível 2. Nos graus de ensino intermédios encontra-se grande dispersão de níveis de literacia, embora os perfis globais vão sendo progressivamente melhores com o aumento da escolaridade.

Os níveis de literacia dos mais jovens são mais elevados do que os do resto da população, tendendo a piorar à medida que a idade vai aumentando. Entre homens e mulheres as diferenças não são grandes. O perfil de literacia da população inquirida é mais favorável na região de Lisboa e Vale do Tejo, contrapondo-se ao Centro e ao Alentejo, com posições intermédias do Norte e do Algarve. São os indivíduos que vivem nas aldeias e nos lugares isolados aqueles que têm os mais fracos perfis de literacia, enquanto que nas vilas e, sobretudo, nas cidades, surgem em maior proporção os indivíduos com níveis de literacia mais elevados.

A inserção socioprofissional está fortemente relacionada com os níveis de literacia. É nas classes sociais ligadas à agricultura que se verificam níveis mais baixos, seguindo-se os operários industriais e os trabalhadores independentes. Um pouco mais alto é o perfil de literacia dos empresários e dirigentes e dos empregados executantes que, embora correspondendo a situações sociais fortemente diferenciadas, apresentam distribuições de competências de literacia muito semelhantes. Os profissionais técnicos e de enquadramento têm um perfil de literacia claramente mais elevado que os das outras categorias sociais. Os desempregados, as domésticas e, sobretudo, os reformados constituem segmentos da população com níveis de literacia mais baixos do que os da população que exerce uma actividade profissional.

Práticas e auto-avaliações de literacia

A distribuição de competências de literacia de uma população encontra-se fortemente relacionada com a utilização dessas competências, seja esta determinada por necessidades incontornáveis, por exemplo decorrentes de exigências profissionais, ou seja o resultado de opções quanto a práticas quotidianas ligadas aos momentos de lazer. O conceito de literacia remete precisamente para a capacidade de processar informação escrita na vida quotidiana, ou seja, para a utilização das competências de leitura, escrita e cálculo para além do contexto escolar de aprendizagem, possibilitando assim a actualização permanente de um conjunto de capacidades, de forma a dar resposta às exigências, sempre novas, da sociedade.

No Estudo Nacional de Literacia, à semelhança de outros estudos neste domínio, a metodologia de avaliação directa desenvolvida foi conciliada com a recolha de um conjunto alargado de indicadores, nomeadamente relativos às práticas de leitura, escrita e cálculo dos inquiridos.

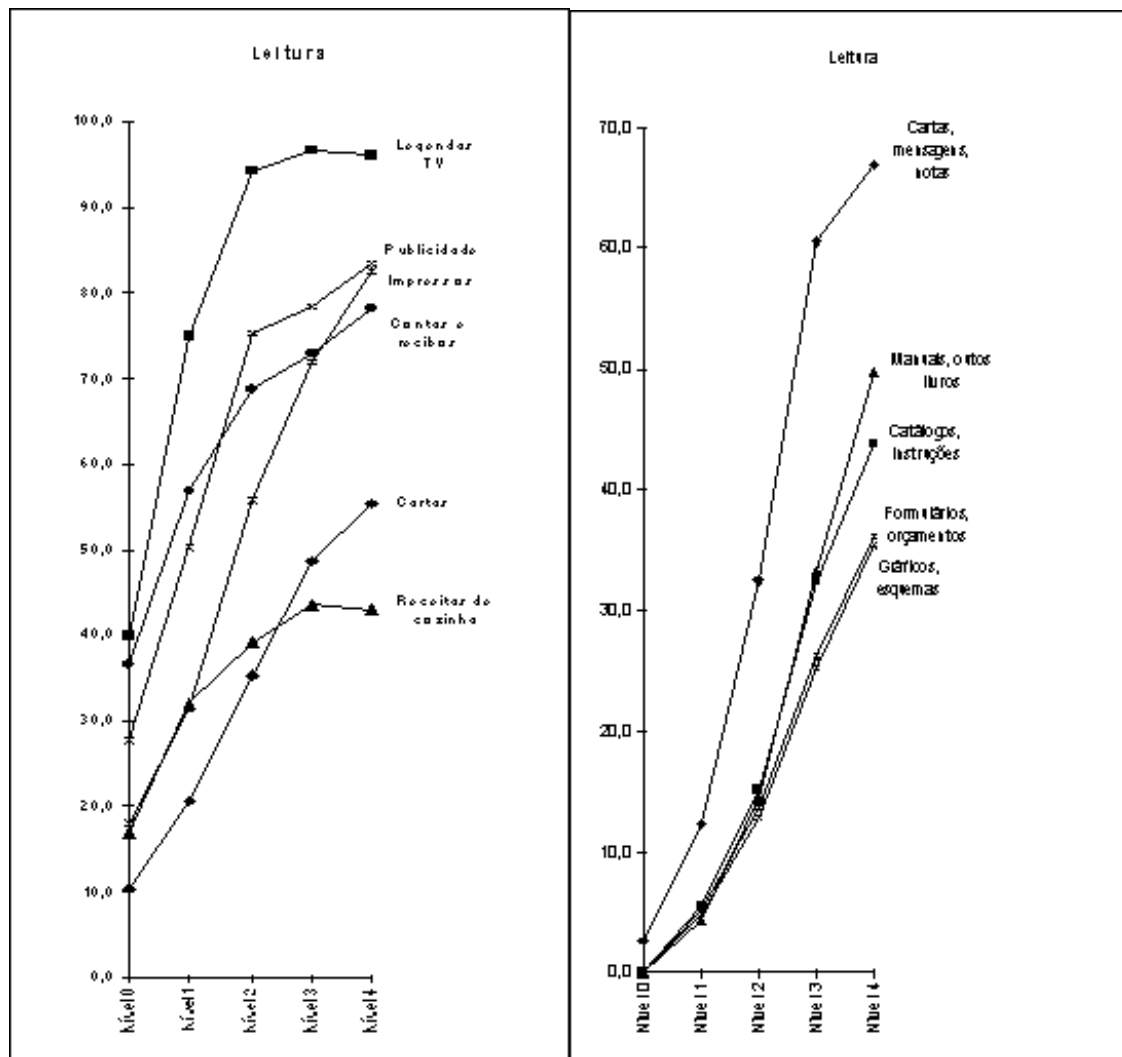
As práticas de literacia quotidianas podem ter por base um conjunto diversificado de suportes. Nomeadamente no que concerne à leitura, há que distinguir as práticas de leitura nos seus suportes formais mais importantes e as práticas de leitura que decorrem do contacto com suportes menos formalizados e cuja utilização tem um carácter essencialmente utilitário.

A frequência declarada de leitura de livros, revistas e jornais assume valores muitíssimo

baixos, corroborando o que tem sido encontrado noutros estudos.^[9] O nível de literacia dos indivíduos encontra-se, como seria de esperar, fortemente associado ao conjunto de práticas consideradas. De um modo geral, é possível afirmar que quanto mais elevado o nível de literacia, maior tende a ser a frequência declarada quanto à leitura de livros, revistas e jornais.

Na vida quotidiana são várias as situações e contextos que fazem apelo à leitura de outros suportes. Por exemplo, ver televisão pode implicar muitas vezes a leitura de legendas, o dia-a-dia doméstico pode contemplar a necessidade de ler contas e recibos, receitas de cozinha, cartas e folhetos de publicidade. A presença dessas práticas de leitura na vida quotidiana, baseadas em suportes menos formais, encontra-se também fortemente relacionada com os níveis de literacia, como se pode observar pela leitura do Gráfico 2. De um modo geral, assiste-se a um crescimento do peso daqueles que se declaram leitores desses materiais em função do aumento do nível de literacia.

Gráfico 2: Práticas de leitura na vida quotidiana e na actividade profissional por níveis de literacia



Qui-quadrado significativo ($p < 0,01$)

Qui-quadrado significativo ($p < 0,01$)

A leitura de cartas e de impressos ilustra a relação forte que se verifica entre práticas deste tipo (leitura de prosa e documentos) e os níveis de literacia. A variação é intensa e contínua de um extremo ao outro da escala. Dito de outro modo, a complexidade das operações e dos suportes considerados mostra-se muito directamente sensível às competências dos indivíduos.

Noutros casos, como a leitura de legendas de televisão e de receitas de cozinha, o padrão é um tanto diferente. Embora apresentem, em termos globais, percentagens muito desiguais (85,1% dos inquiridos lê habitualmente legendas de TV, o que corresponde à mais elevada percentagem obtida, e 36,5% lê, com regularidade, receitas de cozinha), constituem exemplos de práticas de leitura com perfil específico quanto à forma como variam com o nível de literacia. Nestes casos a tendência global de crescimento sistemático de leitores ocorre apenas até ao Nível 2, nível a partir do qual se observa uma estagnação. As razões de formação desses patamares são várias, podendo-se agrupá-las em dois conjuntos de ordem diversa. Por um lado, entrará em jogo um factor de dificuldade de processamento de informação (suportes / operações); isto é, a tarefa não comporta, em geral, uma gama de dificuldades possíveis tão variada como nos casos precedentes, tendendo por isso a

estabilizar nos níveis de literacia superiores. Por outro lado, estarão aqui envolvidos também processos de selectividade social dessas práticas.

As competências de literacia a que a vida quotidiana faz apelo não se circunscrevem à leitura, podendo implicar também a escrita e o cálculo. As variações de um conjunto de práticas de escrita e cálculo com o nível de literacia são semelhantes às observadas para a leitura.

O contexto profissional é um dos domínios mais importantes quando se trata de analisar as competências de leitura, escrita e cálculo de uma população, situação esta que decorre de dois motivos distintos mas fortemente relacionados. Por um lado, porque diversos estudos têm vindo a mostrar a relação entre a capacidade de um país manter ou atingir determinados níveis de desenvolvimento e os níveis de literacia da sua população activa. Por outro lado, porque após a escola, o contexto profissional é reconhecido como um dos domínios que pode promover a consolidação e actualização das capacidades de literacia dos indivíduos, desde que, claro está, faça apelo a essas mesmas competências.

No Gráfico 2 estão representadas as percentagens de indivíduos, por nível de literacia, que diariamente desempenham um conjunto de tarefas que implicam práticas de leitura no contexto da actividade profissional.

Um primeiro elemento a sublinhar é que, quando o contexto de referência é a actividade profissional, verifica-se uma reduzida utilização genérica de materiais escritos, ainda mais baixa do que na vida quotidiana extraprofissional. Além disso, a tendência, atrás apresentada, para as práticas de leitura serem mais frequentes à medida que aumenta o nível de literacia dos indivíduos mantém-se, mas é agora ainda mais acentuada. Essa tendência geral pode, no entanto, ser mais ou menos intensa em função das tarefas específicas que se considerem.

Cartas, mensagens e notas constituem os suportes em que mais frequentemente se apoia a leitura no contexto da actividade profissional, independentemente do nível de literacia. As percentagens obtidas no que respeita a esse tipo de leitura são, no entanto, bastante baixas. Tratando-se de materiais cujo grau de complexidade pode ser bastante diminuto, por um lado, e cuja utilização não remete especificamente para actividades profissionais qualificadas, por outro, poderia esperar-se que a taxa global de utilização em contexto profissional fosse bastante mais elevada e o efeito do nível de literacia se fizesse sentir de forma menos acentuada. Tal não se verifica, indiciando a quase ausência de práticas de leitura no quotidiano profissional da maior parte dos inquiridos.

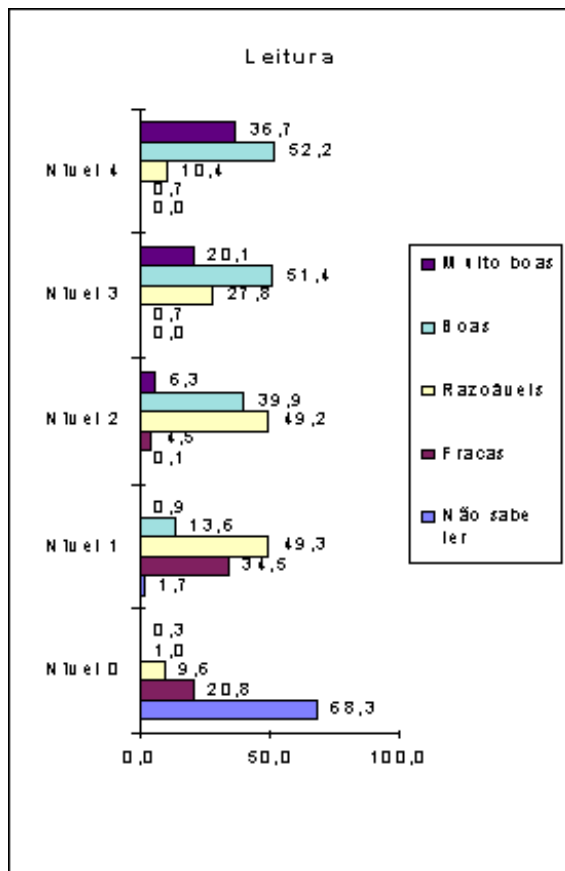
É relativamente à leitura de formulários e orçamentos, e gráficos e esquemas, que as taxas obtidas são mais reduzidas, mesmo no Nível 4. De salientar ainda que, quer se trate da leitura de manuais ou outros livros, de catálogos e instruções, de formulários e orçamentos, ou de gráficos e esquemas, o perfil das respostas até ao Nível 2 é bastante semelhante.

O perfil das práticas de escrita é bastante idêntico ao anteriormente descrito para a leitura. Novamente é pouco expressiva a proporção de indivíduos nos níveis de literacia mais baixos que diariamente escreve no contexto da actividade profissional, qualquer que seja a forma assumida por essa escrita. Correlativamente, o aumento do nível de competências é acompanhado por um crescimento do peso daqueles que fazem excepção a este perfil global.

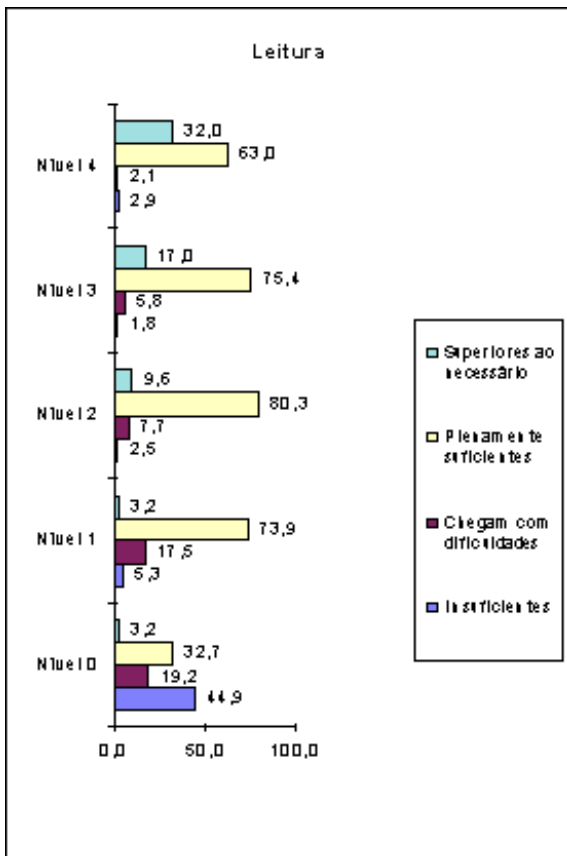
Por fim, refira-se que as práticas de cálculo no decorrer da actividade profissional também variam de forma clara e, em sentido idêntico, ao até ao momento identificado com o nível de literacia. De salientar, ainda que à imagem do acontece quanto às práticas de cálculo que têm lugar noutros domínios da vida quotidiana, também as que se realizam em contexto profissional tendem a distinguir-se das práticas de leitura e de escrita, devido à proporção um pouco maior de indivíduos dos níveis de literacia mais baixos que declaram que o cálculo faz parte do seu quotidiano profissional.

A população analisada distribui-se, como se viu, por vários níveis de literacia; isto é, dito de outra maneira, as pessoas entrevistadas possuem competências desiguais de processamento de informação escrita. Que relações se podem observar entre essas competências, tais como foram determinadas pelo procedimento de avaliação directa utilizado neste estudo, e a maneira como os inquiridos avaliam as suas próprias capacidades de leitura, escrita e cálculo?

Gráfico 3: Auto-avaliações de capacidades de leitura em geral e na vida profissional



Qui-quadrado significativo ($p < 0,01$)



Qui-quadrado significativo ($p < 0,01$)

No conjunto, verifica-se que as auto-avaliações vão sendo cada vez mais positivas à medida que aumenta o nível de literacia determinado através de provas de avaliação directa. Em termos de distribuição percentual, as pessoas tendem a ter uma certa noção dos seus níveis de competências, avaliando-as em pontos diferenciados das hierarquias de capacidades de leitura, escrita e cálculo, em correlação bastante estreita com os níveis de literacia demonstrados.

Mas os resultados que o gráfico traduz podem também ser lidos noutra perspectiva, ou seja, do ponto de vista dos desfasamentos — nada insignificantes — entre níveis de literacia e auto-avaliação de competências. Basta olhar para os extremos da escala de literacia. No Nível 4 há, ainda assim, quem ache que as suas competências de leitura são apenas razoáveis. E no Nível 0 há percentagens bastante importantes de pessoas que se auto-atribuem não só capacidades fracas como também razoáveis. Com os níveis intermédios passa-se algo de semelhante e pode dizer-se que, em termos das competências efectivamente demonstradas nas provas directas, parece um excesso de optimismo ou uma auto-satisfação desajustada, que tantas pessoas dos Níveis 1, 2 e 3 achem que as suas próprias capacidades de literacia são, respectivamente, razoáveis, boas ou muito boas.

As pessoas inquiridas revelam-se, assim, bastante realistas, no sentido em que das suas respostas resultam padrões globalmente diferenciados e hierarquizados de auto-avaliações de capacidades, significativamente correlacionados com as distribuições dos níveis de literacia. Mas, em simultâneo, esta noção não está presente em segmentos importantes da população e os padrões de referência parecem ser, em geral, demasiado baixos, nomeadamente face às exigências crescentes que as dinâmicas da vida social contemporânea tendem a colocar.

As auto-avaliações tendem a apresentar uma configuração bastante diferente quando o que está em causa é um julgamento de maior ou menor adequação das capacidades de leitura, escrita e cálculo às actividades profissionais desenvolvidas. Neste caso, as auto-avaliações, em vez de se distribuírem, em traços gerais, segundo um padrão nitidamente estratificado, como as anteriores, aparecem agora como largamente homogéneas. Em concreto, cerca de três quartos dos inquiridos declararam considerar as suas capacidades de leitura, escrita e cálculo plenamente suficientes para o desempenho das suas actividades profissionais.

Como é que os diversos níveis de literacia, medidos directamente, se relacionam com este tipo de auto-avaliação?

Através do Gráfico 3 pode ver-se que esse efeito de homogeneização resulta em perfis de auto-avaliação semelhantes para quase todos os níveis, em particular para os três intermédios. Na verdade, os inquiridos de Nível 1, Nível 2 e Nível 3 atribuem-se esmagadoramente capacidades plenamente suficientes para os lugares profissionais que ocupam. Também as outras variações são relativamente pequenas e vão no sentido esperado. No Nível 3 as percentagens dos que declaram capacidades superiores ao necessário são um pouco mais elevadas do que nos outros dois níveis em causa. E, correlativamente, é no Nível 1 que, nesta faixa de níveis intermédios, aparecem taxas algo maiores dos que declaram que as suas capacidades de leitura apenas chegam com dificuldades para as exigências dos respectivos lugares profissionais.

O Nível 4 apresenta já um perfil algo diferente, embora a auto-avaliação predominante continue a ser a de capacidades plenamente suficientes para a profissão que se desenvolve. Mas aqui esse tipo de auto-avaliação baixa para cerca de dois terços das respostas, enquanto o outro terço dos inquiridos se atribui, fundamentalmente, capacidades superiores ao necessário para os empregos que tem. Mais diferenciado é o perfil de auto-avaliação do Nível 0. Neste caso, a auto-avaliação modal é a de capacidades de leitura insuficientes para o trabalho que se faz. Além disso, são também relativamente numerosos os que acham que as capacidades que têm no domínio da literacia chegam mas com dificuldades. Mas há também cerca de um terço dos inquiridos deste nível que se julga com capacidades plenamente suficientes para os lugares profissionais que ocupa.

Estes resultados — que se repetem de maneira aproximada para a escrita e para o cálculo — apontam para várias linhas interpretativas.

Num plano mais imediato traduzem as fracas exigências de literacia que se verificam no sistema de emprego, estaticamente considerado. O tecido económico nacional assenta ainda, de forma largamente maioritária, em lugares profissionais de baixa qualificação. Nos vários níveis de literacia (excepto no Nível 0) uma grande quantidade de pessoas julga as suas capacidades de leitura, escrita e cálculo plenamente suficientes para os postos de trabalho que ocupa porque, desde logo, esses postos de trabalho são muito pouco qualificados, fazendo nomeadamente apelo reduzido ou nulo ao processamento de informação escrita.

Por outro lado, os diferentes níveis de literacia tendem a corresponder significativamente, como se viu atrás, a diferentes posições socioprofissionais. À gradação de qualificações que, apesar de tudo, é solicitada pelo tecido económico tendem a responder indivíduos com níveis de literacia desiguais. Em cada patamar, o ajustamento entre lugares e competências traduz-se em padrões de auto-avaliação nos quais predominam os julgamentos de que as capacidades de leitura, escrita e cálculo possuídas são plenamente suficientes.

Mas, claro está, estas auto-avaliações traduzem também uma postura fundamentalmente estática perante as transformações globais da economia e perante as perspectivas individuais de progressão profissional. Mesmo que as exigências actuais em competências de literacia de muitos postos de trabalho sejam baixíssimas, o mais provável é que se tornem maiores a curto ou médio prazo. As mutações em curso nas tecnologias, nas organizações e nos mercados e, correlativamente, as pressões concorrenciais para a competitividade económica dos países, das empresas e dos

indivíduos, colocam no horizonte próximo, quando não mesmo já no presente, a necessidade premente de um crescimento contínuo das competências e das qualificações. Em qualquer nível de literacia, a avaliação de suficiência plena de capacidades para a actividade profissional desenvolvida pode muito bem significar, em grande número de casos, encará-las — às capacidades e às actividades — como imunes a novas exigências ou como insusceptíveis de enriquecimento.

Num certo sentido, estamos perante um “ajustamento” perverso entre uma baixa oferta de literacia por parte da escola e uma baixa procura de literacia por parte das empresas. O que se traduz, no plano das disposições subjectivas dos agentes sociais, na tendência para avaliarem estaticamente as competências de literacia possuídas como ajustadas às respectivas actividades profissionais. E isto por parte de numerosos sectores da população de todos os níveis de literacia.

Claro está, a esta avaliação maioritária de capacidades plenamente suficientes para o emprego que se tem, não deixarão de estar ligados, em alguma medida, factores de outra natureza, de ordem interactiva e psicossocial. Pondo a questão de forma elementar, as pessoas em geral não gostam de admitir, para elas próprias e para os outros, que não têm todas as capacidades necessárias ao trabalho que fazem. Processos de protecção da auto-estima, representações sociais sedimentadas e estratégias relacionais defensivas entreteçar-se-ão, pois, muito provavelmente, com os aspectos de ordem socioestrutural acima referidos.

Em todo o caso, os resultados da auto-avaliação de literacia na esfera profissional arriscam-se a conduzir a conclusões apressadas ou unilaterais se não forem confrontados com os outros conjuntos de auto-avaliações, relativas às competências gerais de literacia, globalmente consideradas, e com as indicações obtidas acerca do desejo manifestado de melhorar este tipo de capacidades. A população inquirida divide-se ao meio a este respeito. Metade gostaria de melhorar as suas capacidades de leitura, escrita e cálculo e outra metade não. Quer isto dizer, desde logo, que a auto-satisfação acomodada com as competências possuídas não é, afinal, assim tão grande. Metade da população dos 15 aos 64 anos é muita gente. O reconhecimento de que as capacidades de leitura, escrita e cálculo não são satisfatórias, a noção de que são necessários e desejáveis maiores níveis de literacia, a predisposição de princípio para obter esse acréscimo de competências — são atributos presentes em escala relativamente ampla na sociedade portuguesa contemporânea. É claro que entre este tipo de declarações e o envolvimento efectivo em práticas de aprendizagem vai uma distância que pode ser muito grande. Mas não parece haver à partida, por parte da população, rejeição generalizada da perspectiva de aquisição de competências para além das actualmente possuídas. Pelo contrário, o que tem sido largamente deficitário no país são as políticas e as acções de alfabetização de adultos, de educação permanente, de formação contínua.

[1] Gilles Montigny, Karen Kelly e Stan Jones, *Adult Literacy in Canada: Results of a National Study*, Ottawa, Statistics Canada, 1991.

[2] Albert Tuijnman, Irwin S. Kirsch, Stan Jones e T. Scott Murray, *Literacy, Economy and Society: Results of the First International Adult Literacy Survey*, Paris, Organisation for Economic Co-operation and Development / Statistics Canada, 1995.

[3] Irwin S. Kirsch e Ann Jungeblut, *Literacy: Profiles of America's Young Adults*, Princeton (N.J.), The National Assessment of Educational Progress, 1986.

[4] Tinham já sido desenvolvidos, no entanto, estudos de literacia da população escolar, tais como os de Inês Sim-Sim e Glória Ramalho, *Como Lêem as Nossas Crianças? Caracterização do Nível de Literacia da População Escolar Portuguesa*, Lisboa, GEP / Ministério da Educação, 1993, e de Glória Ramalho, *As Nossas Crianças e a Matemática. Caracterização da Participação dos Alunos Portugueses no Second International Assessment of Educational Progress*, Lisboa, DEPGEP / Ministério da Educação, 1994.

[5] *Regards sur l'Éducation. Les Indicateurs de l'OCDE*, Paris, Organisation de Coopération et de Développement Économiques, 1995.

[6] Foi realizado, ainda, um estudo relativo representações sociais acerca da literacia em diversos meios institucionais portugueses, conduzido por José Resende.

[7] Algumas referências de natureza diversa a este respeito, de entre as muitas possíveis, são as de Jack Goody, *A Lógica da Escrita e a Organização da Sociedade*, Lisboa, Edições 70, 1987 (ed. orig. 1986) e *Domesticação do Pensamento Selvagem*, Lisboa, Editorial Presença, 1988 (ed. orig. 1977), de Richard Hoggart, *The Uses of Literacy*, Harmondsworth, Penguin Books, 1981 (ed. orig. 1957) e de José Afonso Furtado, *O Livro* (Coleção “O que é”), Lisboa, Difusão Cultural, 1995. Dos estudos sobre aspectos da sociedade portuguesa podem mencionar-se, por exemplo, Ana Benavente, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado e Manuela Castro Neves, *Do Outro Lado da Escola*, Lisboa, Editorial Teorema, 1992 (ed. orig. 1987) ou Augusto Santos Silva, *Tempos Cruzados. Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*, Porto, Edições Afrontamento, 1994.

[8] O conjunto dos resultados encontra-se em Ana Benavente, Alexandre Rosa, António Firmino da Costa e Patrícia Ávila, *A Literacia em Portugal. Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996.

- [9] Eduardo de Freitas e Maria de Lourdes Lima dos Santos, "Inquérito aos hábitos de leitura", *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 10, 1991; "Leituras e leitores II. Reflexões finais em torno dos resultados de um inquérito", *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 11, 1992.